LER JORNAIS É SEGURO
JORNAL SOBERANIA DO POVO

Ricardo Correia de Matos, presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros do Centro

"Temos recebido muitas queixas de falta de agulhas e seringas de alta precisão..."

O aguedense Ricardo Correia de Matos, presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Enfermeiros (OE) do Centro, analisou um conjunto de assuntos relacionados com a COVID-19, numa altura em que passa praticamente um ano sobre a chegada da pandemia a Portugal.



P: Que comentário lhe merecem os atropelos que têm sido cometidos na administração de vacinas a cidadãos não prioritários?

R: Os casos de vacinação indevida em Portugal não param de aumentar e já provocaram uma série de demissões, incluindo a do coordenador da Task Force para o plano de vacinação contra a COVID-19, Francisco Ramos. Desde o primeiro momento que a SR Centro da OE cumpriu com o seu dever e respondeu às dezenas de exposições que recebeu. No momento absolutamente crucial para o país, importava defender a vida dos mais vulneráveis e dos profissionais de saúde. Aparte a questão ética do desvio de vacinas e do problema médico objectivo que isto representa (vacinas que não são dadas a quem mais precisa e menos pode esperar) há aqui uma dimensão jurídica que o Estado não pode ignorar. Estarão em causa os crimes de recebimento de vantagem indevida, em muitos casos de burla, e certamente em todos, de peculato. Os inquéritos administrativos e judiciais estão a decorrer e o Ministério Público tem de colocar esta questão na sua lista de prioridades. O mais importante é não alimentar a sensação de impunidade de quem viola as regras ou normas e recuperar, rapidamente, a confiança das pessoas nas Instituições de Saúde e de Solidariedade Social.

P: Os novos casos estão, felizmente, a baixar, mas os peritos dizem que o confinamento se deve prolongar até 60 dias a contar do início das restrições, o que prolongará as medidas até meados de Março. É lógico?

R: O confinamento tem um único propósito: reduzir rapidamente a pressão sobre os internamentos hospitalares, essencialmente nas unidades de cuidados intensivos. Esta necessidade urgente, resulta de anos de subfinanciamento e de políticas de saúde centradas na despesa e não nos resultados em saúde. Somos o país da OCDE com o maior desequilíbrio na equipa multidisciplicar, com o menor número de enfermeiros (por exemplo), assim como com o rácio mais baixo de camas de cuidados intensivos por 1.000 habitantes. O nosso SNS sempre trabalhou no limite, usufruindo da ética ilimitada dos profissionais de saúde, criando a ideia de uma elasticidade infinita. Hoje, o impacto sanitário, social, económico e financeiro do confinamento, é 100 vezes superior à despesa que teríamos tido, se investíssemos na saúde a media da OCDE ao longo dos últimos 10 anos.

P: O Governo ambiciona uma ocupação de unidades de cuidados intensivos abaixo das 200 camas e uma incidência acumulada a 14 dias abaixo dos 60 casos por 100 mil habitantes. Quando é que estes números poderão ser alcançados?

R: Todas as pandemias seguem um padrão, no entanto, dada a globalização actual e as mutações rápidas do vírus, prever esses números é sempre um exercício difícil. Todavia, conhecemos o mecanismo de transmissão e os grupos de risco. A aposta neste momento é vacinar o mais rapidamente possível os grupos prioritários e iniciar um processo agressivo de testagem, que permita identificar e isolar os casos positivos. Se não conseguimos ter sucesso nestes dois desafios, temo que não conseguiremos alcançar esses números nos próximos meses.

P: Diz-se que a imunidade de grupo só será alcançada quando 70% da população estiver vacinada. É possível conseguir essa meta até 21 de Setembro?

R: Se estivermos atentos à imprensa internacional, percebermos que os contratos firmados pela UE com a indústria farmacêutica, não estão a ser cumpridos. Foi acordado Portugal receber no primeiro trimestre de 2021, cerca de 4, 5 milhões de vacinas e as últimas informações do Governo, apontam para cerca de 1,8 milhões. Infelizmente, Portugal nunca foi capaz de criar um *lobby* eficaz e poderoso junto dos parceiros internacionais. Obviamente que a situação económica do país não ajuda nas relações internacionais, todavia, devíamos usar a presidência do Conselho Europeu para exigir equidade e solidariedade entre todos os países. A Alemanha tem reunido e negociado de forma isolada com a Industria Farmacêutica, o que demonstra um egoísmo inaceitável. A manter-se o fornecimento actual, temo que não conseguiremos atingir essa meta antes do próximo Inverno.

P: Quais são os maiores problemas que se colocam aos enfermeiros na fase em que está a decorrer o plano de vacinação?

R: Portugal é um caso de sucesso na vacinação tradicional, por termos das maiores taxas mundiais. Esta conquista deve-se, sobretudo, ao trabalho dos enfermeiros, na educação, organização e administração da vacina. É um processo complexo mas altamente eficaz na irradicação de diversas doenças. Nesta fase da vacinação contra a COVID-19, o maior desafio é garantir um número adequado de enfermeiros nas equipas de vacinação e definir de forma muito concreta e específica, quais os critérios dos grupos prioritários. Temos recebido muitas queixas de falta de material, nomeadamente agulhas e seringas de alta precisão, o que impede a correcta utilização dos frascos.

P: Que informações tem sobre a forma como está a decorrer o processo de vacinação no Centro Hospitalar do Baixo Vouga e no Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga?

R: As dificuldades iniciais foram similares em todos os hospitais do país. Erros nas listagens prioritárias e doses insuficientes para o número de profissionais em contexto COVID. Neste momento, o *feedback* que tenho é que a maior parte dos profissionais de saúde do CHBV já têm a primeira dose da vacina e muitos já estão a receber a segunda. A limitação principal está no fornecimento da vacina e não na capacidade de administração.

P: Um grupo de enfermeiros apresentou uma participação disciplinar contra a bastonária, ao Conselho Jurisdicional da Ordem dos Enfermeiros, pedindo a sua expulsão. Está solidário com Ana Rita Cavaco?

R: Será sempre muito difícil agradarmos a todos ou, até mesmo, unir todos em prol de um projecto ou uma ideia. O importante é unir o maior número de pessoas porque depois, a influencia destes sobre os demais será forte e eficaz. As vozes discordantes da Bastonária, na sua grande maioria, são enfermeiros que estiveram na Ordem dos Enfermeiros em mandatos passados e tiveram a oportunidade de desenvolver as suas ideias num ambiente tranquilo e perfeito. Eu relembro que a minha equipa foi candidata em 2011, perdemos as eleições e nos quatro anos seguintes, permitimos que os órgãos eleitos trabalhassem em perfeita tranquilidade. Nunca em momento algum, viemos para as redes sociais ou comunicação social, criticar o trabalho que estava a ser desenvolvido pelos órgãos eleitos. Respeitamos a vontade dos colegas e no final do mandato, aquando das eleições, apresentamos um projecto para a enfermagem. Isto é democracia, respeito, elevação e responsabilidade. E quando abandonar a Ordem, continuarei com este pensamento e forma de estar. A responsabilidade de cada um de nós perante a profissão e a comunidade, deve pesar mais que a ambição de reconquistar a Ordem. A Ana Rita Cavaco é a líder certa, no lugar certo, no momento certo. Num dos momentos mais críticos da história recente, o sector da Saúde precisa de pessoas corajosas e competentes.